

Valiosa conservação

Categories : [Reportagens](#)

Fotos: divulgação/Embaixada Nova Zelândia



Visitas oficiais de ministros de meio ambiente não causam tanto estardalhaço quanto àquelas de chanceleres ou ministro de comércio. Talvez por isso, ninguém tenha atentado que por aqui passou, na segunda quinzena de agosto, o homem que está à frente de algumas das mais bem administradas reservas naturais do mundo. Chris Carter, ministro da Conservação da Nova Zelândia, esteve no Brasil para participar de uma reunião da aliança política entre países da América Latina, Ásia e Oceania, mas encontrou tempo para dar um pulo no gabinete de sua colega brasileira, Marina Silva, e oferecer ajuda para estruturar a nosso imenso (porém descuidado) sistema de unidades de conservação e a nova “agência” para o tema, o Instituto Chico Mendes. Teve ainda a oportunidade de conhecer um de nossos parques nacionais, o da Tijuca (no centro - foto ao lado).

Segundo Carter, que é ministro de Conservação há cinco anos, a Nova Zelândia está oferecendo ao Brasil sua experiência na gestão de parques. O país se tornou referência mundial no turismo de aventura e, com suas 14 reservas ecológicas, consegue atrair 3 milhões de turistas estrangeiros todos os anos. Não é pouco para uma ilha no pacífico que é menor em tamanho (15 milhões de hectares) do que todas as unidades de conservação na Amazônia somadas. O Brasil com toda a sua grandiosidade e litoral paradisíaco traz cerca de 1,5 milhão de visitantes por ano. “O ecoturismo, por seu valor recreacional, ajuda a consolidar uma visão positiva da conservação na população”, afirma o ministro durante entrevista concedida no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Recentemente, o Ministério de Conservação neo-zelandês empreendeu um esforço de quantificar os retornos econômicos dos parques e reservas em seu país. Entraram nesta conta tanto os ganhos diretos com turismo e compensações ambientais, quanto cálculos mais completos sobre os serviços prestados pela conservação de recursos hídricos e florestais. Os resultados são surpreendentes. A Nova Zelândia tem um terço de seu reduzido território coberto por parques nacionais. O turismo gera uma renda de aproximadamente 10 bilhões de dólares, o que equivale a 9,5% do produto interno bruto do país.



O maior parque nacional do país, o Fiordland, possui 1,2 milhão de hectares ou 15% de toda a terra protegida e contribui para o emprego direto de 1,6 mil pessoas. Com seus 450 mil visitantes por ano, gera uma receita de 120 milhões de dólares. Tamanho sucesso se deve a um cuidado extremo com infra-estrutura para os turistas. O Ministério da Conservação tem sob sua responsabilidade a manutenção de 400 trilhas e 500 campings. No ano passado, 15 milhões de dólares (algo semelhante ao recurso brasileiro para todas as despesas com pessoal em unidades de conservação) foram investidos em infra-estrutura turística dos parques e reservas. “Os banheiros foram extremamente caros, mas não podiam nenhum vazamento de efluentes, me surpreendeu como podem ser caros.”, comenta bem humorado o ministro.

Espécies invasoras

O orçamento do Ministério da Conservação da Nova Zelândia é de 238 milhões de dólares ano, sendo 56 milhões de dólares são obtidos com o sistema de concessões de serviços dentro das unidades de conservação. Em sua investida para provar que preservar é também uma vantagem para a atividade econômica, a equipe de Carter estudou o papel do Parque Nacional Papanui no fornecimento de água na parte sul da ilha. Ali, o ecossistema formado por vegetação gramínea é capaz de condensar nas plantas a névoa úmida, que uma vez descongelada alimenta os rios e aquíferos da região. Os pesquisadores perguntaram-se o que aconteceria se o parque deixasse de existir ou se sua vegetação fosse substituída por espécies exóticas. O resultado a que chegaram é de que todos os anos são gastos 65 milhões de dólares com água potável e outros 21,7 milhões de dólares são obtidos com a geração hidrelétrica com os rios locais.



Segundo Carter, o maior desafio da gestão da biodiversidade na Nova Zelândia é lidar com as

espécies invasoras. O processo de colonização com a chegada das primeiras embarcações, entre 800 e 1300 A.C. de povos polinésios, os Maori, causou um impacto considerável na ilha que havia ficado 80 milhões de anos isolada e desenvolveu equilíbrio bastante peculiar. Não havia, com excessão de alguns morcegos, mamíferos por ali e já com os primeiros homens vieram os ratos. Depois com os ingleses vieram marsupiais australianos. Estima-se que existam 70 milhões espalhados nas áreas naturais do país comendo pássaros e plantas. “Boa parte do tempo temos equipes empenhadas em erradicar estas espécies invasoras, envenenando e caçando”, comenta.

Outro ponto que mereceu atenção especial das políticas de conservação no país nos últimos anos foram as reservas marinhas. Por um lado elas ajudam a garantir uma das atividades mais rendáveis do país, o turismo de observação de baleias (*whalewathing*), e por outro garantem a conservação de espécies ameaçadas de extinção. Nas águas circundam a Nova Zelândia vive [um dos mais raros golfinhos do planeta, o maiui](#) dos quais só existem 225 exemplares vivos. Carter comenta que nos cinco anos em que está à frente do Ministério da Conservação, o número de reserva marinhas passou de 16 para 33. Ele pontua que isto ainda é pouco, pois a o país tem um dos maiores territórios marítimos do mundo e a meta é que pelo menos 10% estejam protegidos. Atualmente, as reservas somam 500 mil hectares, ou 3% das águas neo-zelandesas.

Obviamente, as pretensões conservacionistas sobre o mar gera conflitos com o setor privado, conta o ministro. No início, o setor de pesca comercial não ficou nada feliz com as restrições, mas aos poucos foi possível ordenar a atividade. As reservas marinhas não são totalmente fechadas à pesca, mas autorizações são concedidas todos os anos com base em cotas. O mesmo se faz com as “conservation public lands” - o que seria semelhante à categoria de Área de Preservação Ambiental (APA) no Brasil -, onde concessões para mineração e obras de infra-estrutura são gerenciadas pelo ministério de Carter. “Tudo tem que ser autorizado, o que gera um certo conflito com o setor privado”, revela o ministro. Neste quesito, certamente, a ministra Marina Silva tem muito o que contar a seu colega neo-zelandes.